



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

205

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330562-0  
APELANTE: João Luiz de Uzeda Luna  
APELADO: Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. AGENTE DA POLÍCIA CIVIL. GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA – GEAI. ART. 5º DA LEI ESTADUAL Nº 13.241/2007. DIFERENÇAS DE VALORES APURADAS ENTRE OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO, NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2009 A AGOSTO DE 2011. POSTERIOR ALTERAÇÃO NA GRADAÇÃO DOS VALORES POR GRUPO OPERACIONAL, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 187/2011. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO E APELAÇÃO CÍVEL DA PARTE AUTORA IMPROVIDA. 1. Como visto, a sentença *a quo* condenou o Estado ao pagamento das diferenças apuradas da *Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência* – GEAI paga ao autor/apelado, Agente da Polícia Civil, desde janeiro de 2009 até 31 de agosto de 2011, uma vez que, a partir do advento da LC nº 187/2011, a GEAI passou a ser paga por grupo operacional, enquadrando-se o agente de polícia no nível II a partir de 1º/09/2011. 2. Em sede de apelação, sustenta o autor, ora apelante, que a LC nº 187/2011 terminou por rebaixá-lo à categoria de nível médio, ao enquadrá-lo no grupo operacional de nível II, pelo que teria direito a receber a gratificação no valor de R\$ 1.737,75 (um mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), e não no valor pago a partir de setembro de 2011, de R\$ 1.212,75 (um mil, duzentos e doze reais e setenta e cinco centavos). 3. Nos termos do art. 5º da Lei Estadual nº 13.241/2007, foi criada, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, a *Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência* - GEAI, concedida aos servidores lotados e em efetivo exercício nos subsistemas de inteligência dos órgãos de segurança pública desde que concorressem à escala de sobreaviso, em razão da necessidade do serviço, ou estivessem realizando trabalhos de monitoramento pertinentes à análise de interceptação telefônica. 4. Tal gratificação era paga de maneira escalonada, nos moldes do Anexo Único da referida lei estadual, que estipulava valores distintos para os cargos de nível médio e superior. 5. Posteriormente, a Lei Complementar Estadual nº 137/2008, ao instituir o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Secretaria de Defesa Social, passou a exigir diploma de nível superior para os novos ocupantes do cargo de Agente de Polícia, motivo pelo qual busca o autor/apelado o pagamento da gratificação em lume no valor equivalente aos cargos de nível superior. 6. Com efeito, existe entendimento sedimentado sobre a matéria no âmbito da Procuradoria do Estado, consoante se observa do parecer de nº 101/2010, segundo o qual os agentes de polícia e escrivães que ingressaram antes da LC nº 137/2008 passaram a ocupar cargo equivalente ao de nível superior, devendo ser a eles estendidas as vantagens correlatas à nova condição, desde que laborando na mesma situação legalmente prevista para percepção da verba. 7. Sendo assim, é incontroverso o direito do autor/apelante ao recebimento da GEAI no valor pago aos cargos de nível superior, tal como estipulado no anexo único da Lei nº 13.241/2007, no período de 1º de janeiro de 2009 (data em que ingressou na atividade) até 31 de agosto de 2011 (último dia antes do início da vigência da LC nº 187/2011). 8. Registre-se, por necessário, que a Lei Complementar Estadual nº 187, de 07 de dezembro de 2011, editada com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2011, alterou a gradação dos valores



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

206  
r

da gratificação pelo exercício na atividade de inteligência, abandonando o antigo critério do nível de escolaridade e passando a adotar uma escala de valores para dois agrupamentos de cargos, nominalmente indicados em grupos operacionais, conforme disposto no seu art. 8º. **9.** Sendo assim, a partir de 1º de setembro de 2011, os agentes de polícia passaram a receber a GEAI em valor correspondente ao grupo operacional de nível II, razão pela qual são devidas ao apelante apenas as diferenças de valores da gratificação apuradas segundo o Anexo Único da Lei nº 13.241/2007 para os cargos de nível superior, no período de janeiro de 2009 a agosto de 2011. **10.** No ponto, cabe assinalar que a *Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência* é uma vantagem de natureza *propter laborem*, paga em caráter precário, e não incorporável aos vencimentos, de sorte que a redução no seu valor (a partir da LC nº 187/2011) não viola o princípio da irredutibilidade de vencimentos. **11.** Reexame necessário improvido e apelação cível da parte autora improvida.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível de nº 0330562-0, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário e à apelação cível da parte autora, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330562-0  
APELANTE: João Luiz de Uzeda Luna  
APELADO: Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 121/152-vº) que julgou **parcialmente procedente** o pleito do autor, ora apelante, agente da polícia civil de Pernambuco, no sentido de condenar o Estado a pagar as diferenças apuradas entre o valor da "*Gratificação pelo Exercício na Atividade de Inteligência - GEAI*" paga aos agentes de nível superior e o valor efetivamente pago ao apelado, no período de janeiro de 2009 a agosto de 2011.

Na inicial, assevera o autor, ora apelante, em síntese: (i) que exerce as suas atividades no Centro Integrado de Inteligência de Defesa Social da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, percebendo por tal mister, a partir de janeiro de 2009, a *Gratificação pelo Exercício na Atividade de Inteligência - GEAI*; (ii) que a Lei Estadual nº 13.241/2007, instituidora da gratificação em lume, fixou em seu anexo único valores distintos para os ocupantes dos cargos de nível médio e superior; (iii) e, após o advento da LC nº 137/2008, o cargo de agente de polícia passou a exigir escolaridade superior, razão pela qual entende fazer jus ao pagamento da vantagem no valor equivalente a este nível, uma vez que a gratificação continua a ser paga a ele em valor correspondente ao cargo de nível médio.

A sentença *a quo* julgou parcialmente procedente o pedido, com fundamento no art. 11 da LC nº 137/2008, que, segundo o entendimento esposado no Parecer nº 101/2010 da Procuradoria do Estado, deve abranger os servidores ocupantes dos cargos de agente de polícia e escrivão empossados anteriormente à sua edição, de modo a beneficiá-los com as mesmas vantagens garantidas aos que ostentam nível de escolaridade superior, limitando a condenação do Estado ao período de janeiro de 2009 a agosto de 2011, em virtude da entrada em vigor da Lei Complementar nº 187/2011, que passou a estipular os valores da GEAI por grupos operacionais.

Nas razões da apelação de fls. 157/171, pugna o autor, ora apelante, pela reforma da sentença, na parte que limita o pagamento das diferenças de gratificação ao período de janeiro de 2009 a agosto de 2011, por entender que a Lei Complementar nº 187/2011 terminou por rebaixá-lo, indevidamente, à categoria de nível médio, fazendo-o receber, a título de GEAI, o valor de R\$ 1.212,75 (um mil, duzentos e doze reais e setenta e cinco centavos), quando o valor devido seria o de R\$ 1.737,75 (um mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), não sendo possível lei nova retroagir para diminuir os valores já então devidos ao demandante com base no nível superior.

Nas contra-razões de fls. 175/182, o Estado requereu a manutenção da sentença *a quo*, sob o fundamento de que a Gratificação pelo Exercício na Atividade de Inteligência passou a ser concedida com base em dois grupos operacionais, e não mais com base no critério do nível de escolaridade, nos termos do art. 8º da LC nº 187/2011.

A douta Procuradoria de Justiça deixou de emitir parecer de mérito às fls. 195/197.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

2014  
2014/01/10

2014

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 15 de abril de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

207.

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330562-0  
APELANTE: João Luiz de Uzeda Luna  
APELADO: Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Como visto, a sentença *a quo* condenou o Estado ao pagamento das diferenças apuradas da *Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência - GEAI* paga ao autor/apelante, Agente da Polícia Civil, desde janeiro de 2009 até 31 de agosto de 2011, uma vez que, a partir do advento da LC nº 187/2011, a GEAI passou a ser paga por grupo operacional, enquadrando-se o agente de polícia no nível II a partir de 1º/09/2011.

Em sede de apelação, sustenta o autor, ora apelante, que a LC nº 187/2011 terminou por rebaixá-lo à categoria de nível médio, ao enquadrá-lo no grupo operacional de nível II, pelo que teria direito a receber a gratificação no valor de R\$ 1.737,75 (um mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), e não no valor pago a partir de setembro de 2011 (fls. 77 e seguintes), de R\$ 1.212,75 (um mil, duzentos e doze reais e setenta e cinco centavos).

Pois bem.

Nos termos do art. 5º da Lei Estadual nº 13.241/2007, foi criada, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, a *Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência - GEAI*, concedida aos servidores lotados e em efetivo exercício nos subsistemas de inteligência dos órgãos de segurança pública desde que concorressem à escala de sobreaviso, em razão da necessidade do serviço, ou estivessem realizando trabalhos de monitoramento pertinentes à análise de interceptação telefônica.

Tal gratificação era paga de maneira escalonada, nos moldes do Anexo Único do referido diploma estadual, que estipulava valores distintos para os cargos de nível médio e superior.

Posteriormente, a Lei Complementar Estadual nº 137/2008, ao instituir o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Secretaria de Defesa Social, passou a exigir diploma de nível superior para os novos ocupantes do cargo de Agente de Polícia, motivo pelo qual busca o autor/apelante o pagamento da gratificação em lume no valor equivalente ao cargo de nível superior.

Com efeito, existe entendimento sedimentado sobre a matéria no âmbito da Procuradoria do Estado, consoante se observa do parecer de nº 101/2010 (fls. 39/41), segundo o qual os agentes de polícia e escrivães que ingressaram antes da LC nº 137/2008 passaram a ocupar cargo equivalente ao de nível superior, devendo ser a eles estendidas as vantagens correlatas à nova condição, desde que laborando na mesma situação legalmente prevista para percepção da verba.

Sendo assim, é incontroverso o direito do autor/apelante ao recebimento da GEAI no valor pago aos cargos de nível superior, tal como estipulado no anexo único da Lei nº 13.241/2007, no período de 1º de janeiro de 2009 (data em que ingressou na



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

208

atividade) até 31 de agosto de 2011 (último dia antes do início da vigência da LC nº 187/2011).

Registre-se, por necessário, que a Lei Complementar Estadual nº 187 de 07 de dezembro de 2011, editada com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2011, alterou a gradação dos valores da gratificação pelo exercício na atividade de inteligência, abandonando o antigo critério do nível de escolaridade e passando a adotar uma escala de valores para dois agrupamentos de cargos, nominalmente indicados em grupos operacionais, conforme disposto no seu art. 8º, *in verbis*:

“Art. 8º A gratificação instituída pelo art. 5º da Lei nº 13.241, de 29 de maio de 2007, e alterações, passa a ser concedida classificando os servidores beneficiários em 2 (dois) Grupos Operacionais, nos termos do Anexo Único da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Os Grupos Operacionais referidos no *caput* serão integrados:

I - no nível “I” – pelos ocupantes dos cargos públicos de Delegado de Polícia, de Perito Criminal e de Médico Legista, bem como pelos Militares do Estado, ocupantes dos Postos ou Graduações de Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, Primeiro Tenente, Segundo Tenente e Aspirante a Oficial;

II - no nível “II” – pelos ocupantes dos cargos públicos de Agente de Segurança Penitenciária, Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Auxiliar de Perito, Auxiliar de Legista, Perito Papiloscopista e Operador de Telecomunicações, bem como pelos Militares do Estado, ocupantes dos Postos ou Graduações de Subtenente, Primeiro Sargento, Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabo e Soldado”.

Sendo assim, a partir de 1º de setembro de 2011, os agentes de polícia passaram a receber a GEAI em valor correspondente ao grupo operacional de nível II, razão pela qual são devidas ao apelante apenas as diferenças de valores da gratificação apuradas segundo o Anexo Único da Lei nº 13.241/2007 para os cargos de nível superior, no período de janeiro de 2009 a agosto de 2011.

No ponto, cumpre assinalar que a *Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência* é uma vantagem de natureza *propter laborem*, paga em caráter precário, e não incorporável aos vencimentos, de sorte que a redução no seu valor (a partir da LC nº 187/2011) não viola o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário**, em ordem a manter a sentença de parcial procedência do pedido, que condenou o Estado de Pernambuco ao pagamento das diferenças da GEAI devidas ao autor/apelante no valor estipulado para os cargos de nível superior, no período de janeiro de 2009 a 31 de agosto de 2011, e, ato contínuo, **nego provimento à apelação cível** da parte autora.

É o voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator